Amana Revista do Curso de Ciências Sociais da Ufac

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

A MONETIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE E A ENGRENAGEM INVISÍVEL: ECA DIGITAL, JUVENTUDE E TRABALHO NA CIVILIZAÇÃO ALGORÍTMICA

Samina Batista Matos de Castro Japiassú Maia[1]
Márcia Meireles de Assis[2]

RESUMO

A presente pesquisa analisa a evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, estabelecendo um paralelo rigoroso entre o isolamento físico do passado e a superexposição digital do presente. Historicamente, o Estado tratava a juventude vulnerável como uma questão de desordem, o que se evidencia nas antigas instituições de confinamento. Apesar dos avanços com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a mentalidade de se explorar a infância ainda persiste e se instalou nas telas dos celulares. O objetivo central é investigar como as antigas fronteiras entre o palco e os bastidores se romperam, o que transformou a intimidade em um produto lucrativo. A metodologia se apoia em revisão bibliográfica e em análises críticas contemporâneas, unificando os conceitos em blocos temáticos abrangentes. A pesquisa utiliza o pensamento de Karl Marx para debater a mercantilização, Erving Goffman e Paula Sibilia para entender a perda da privacidade, e Byung-Chul Han para explorar o esgotamento. Além disso, se resgata Theodor Adorno e Herbert Marcuse para criticar a exploração do lazer, e Jürgen Habermas para propor a razão comunicativa como uma saída. O trabalho também investiga o caso do influenciador Hytalo Santos como o ápice da monetização da vulnerabilidade infanto-juvenil. Por fim, o estudo examina o novo mercado de trabalho, onde a fuga dos cargos de liderança reflete o adoecimento dos trabalhadores, o que indica que a proteção da vida exige uma resistência coletiva contra a civilização algorítmica.

Palavras-chave: Monetização. Vulnerabilidade. Civilização Algorítmica. Indústria Cultural. Juventude.

INTRODUÇÃO

[1] Discente Egressa do Curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, E-mail: samicastromaia@gmail.com.
[2] Docente do Curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, E-mail: marcia.assis@ufac.br.

Amana Revista do Curso de Ciências Sociais da Ufac

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

O século XXI trouxe consigo mudanças drásticas na maneira como a humanidade interage com o mundo ao seu redor. A revolução tecnológica, que inicialmente prometia libertar o indivíduo das amarras do trabalho pesado e democratizar o acesso à informação, rapidamente se transformou em um maquinário complexo de gestão da vida. A digitalização em massa do cotidiano fez com que as velhas fronteiras entre o que é público e o que é privado desaparecessem quase por completo. Hoje, a sociedade se encontra imersa em uma verdadeira civilização algorítmica, onde cada arraste de dedo, cada clique e cada fragilidade se processam e se catalogam por sistemas autônomos de inteligência artificial. Diante desse cenário brusco em que ao mesmo tempo se arrasta, é necessário olhar para essas transformações através das lentes críticas das Ciências Sociais, buscando entender os impactos profundos que essas tecnologias causam, principalmente, no desenvolvimento da juventude e na reestruturação das relações de trabalho.

A presente pesquisa nasce da necessidade de se amarrar diferentes reflexões sociológicas em um fio condutor único. Ao longo dos últimos anos, se observa uma inquietação crescente em diversas áreas do conhecimento sobre os custos ocultos da hiperconectividade e do capitalismo de vigilância. De um lado, as novas gerações, sobretudo a GenZ (pessoas que nasceram entre 1997 a 2012) e Gen Alfa (pessoas que nasceram de 2013 a 2025), enfrentam níveis alarmantes de ansiedade e de esgotamento, reflexos diretos da pressão para se manterem relevantes em um palco digital que nunca apaga as suas luzes. De outro, o próprio conceito de sucesso profissional se reconfigura, com os trabalhadores fugindo dos cargos de liderança tradicionais em busca de carreiras técnicas que os protejam do adoecimento mental constante. Em ambos os casos, a tecnologia atua como o grande motor invisível que acelera essas angústias e que redesenha as regras do convívio social na atualidade.

Contudo, a grande ferida que este trabalho busca expor reside naquilo que se convencionou chamar de “monetização da vulnerabilidade”. A pesquisa analisa a evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, estabelecendo um paralelo direto entre o isolamento físico do passado e a exploração digital do presente. Historicamente, o Estado brasileiro tratava a juventude vulnerável como uma mera questão de desordem pública, a aprisionando em instituições de confinamento. Hoje, mesmo sob o amparo legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se percebe que a mentalidade de explorar os mais vulneráveis apenas mudou de endereço, porque

o jovem não se encontra mais trancado em um reformatório físico, mas está confinado e superexposto nas telas das redes sociais, onde a sua intimidade se transforma na mercadoria mais lucrativa da internet.

Para construir essa análise, a pesquisa se apoia em uma metodologia qualitativa de revisão bibliográfica, que reúne artigos veiculados em portais de jornalismo digital, além de unir o debate crítico contemporâneo com as demandas populares. O diferencial deste trabalho se encontra na escolha de adotar o pensamento de Karl Marx como o alicerce principal e o fio condutor de toda a investigação teórica. Se compreende, aqui, que a atual civilização algorítmica atua como a nova infraestrutura dos meios de produção, onde a transformação do corpo em capital ganha contornos digitais. A partir dessa base central marxista, a pesquisa convoca outros pensadores para detalhar as nuances modernas dessa exploração: se resgata Herbert Marcuse e Theodor Adorno para desvendar as armadilhas da indústria cultural e do tempo livre; se utiliza Erving Goffman, Byung-Chul Han e Paula Sibilia para mapear como o fim da privacidade acelera a exaustão do indivíduo. Por fim, embora a elaboração final do trabalho cite Jürgen Habermas para debater os limites éticos da comunicação, a pesquisa estabelece que a verdadeira saída reside na conscientização material sobre como o sistema capitalista, através das big-techs projetadas pelo imperialismo norte-americano, se utiliza da exploração digital para lucrar, apontando o entendimento dessa engrenagem como o primeiro passo fundamental para um alerta e uma resistência coletiva.

A linguagem escolhida para escrever este material busca ser o mais popular, clara e acessível possível, a fim de traduzir os conceitos sociológicos densos e complexos de maneira fluida para o grande público - sem substituir ou abandonar a seriedade e o rigor formal que a academia exige - pois, se compreende que a sociologia perde seu sentido quando se limita apenas aos muros da própria universidade. O objetivo principal é fornecer as ferramentas conceituais para que o leitor possa enxergar a estrutura dessa gaiola invisível e, assim, reconhecer os caminhos possíveis para uma nova realidade em que nossos corpos, sobretudo os corpos infanto-juvenis, não sejam mais uma ferramenta de exploração velada. Ao expôr as engrenagens de exploração que operam debaixo dos nossos narizes, se devolve à sociedade a oportunidade de refletir e questionar o seu próprio roteiro e de lutar por relações verdadeiramente mais dignas.

Amana Revista do Curso de Ciências Sociais da Ufac

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

DO CONFINAMENTO FÍSICO À EXPLORAÇÃO DIGITAL

Para compreendermos a gravidade da exploração infanto-juvenil no cenário digital atual, se torna indispensável mergulharmos na trajetória histórica do Brasil, pois a forma como a sociedade lida com os seus jovens, dita os caminhos do seu próprio futuro. Durante grande parte da história republicana, o Estado brasileiro não enxergava as crianças e os adolescentes de famílias marginalizadas como cidadãos em desenvolvimento ou como pessoas de direitos, mas sim como potenciais ameaças à paz e à moralidade pública. A resposta governamental se baseava exclusivamente na limpeza social, gentrificação e na repressão violenta, o que criou cicatrizes estruturais que reverberam até os dias de hoje.

No início do século XX, as políticas públicas brasileiras se sustentaram sob a forte influência do higienismo. O jovem pobre, o órfão ou aquele que vivia nas ruas recebia o rótulo de "menor em situação irregular" (RIZZINI, 2011). Esse termo não carregava nenhuma vontade genuína de acolhimento; ele servia apenas como uma justificativa jurídica para afastar o jovem do convívio social. Como bem aponta a historiografia social, o Brasil mantinha crianças trancafiadas em cadeias comuns até a década de 1920 e com a criação do primeiro Código de Menores, se oficializou a ideia de que a pobreza juvenil representava um caso de polícia, e não um caso de falta de assistência do Estado e da sociedade.

Foi a partir dessa lógica punitiva que se criaram instituições como o Serviço de Assistência a Menores (SAM) e, mais tarde, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Em teoria, esses locais deveriam funcionar como abrigos de proteção e de ensino profissionalizante, mas na dura prática, essas instituições se transformaram em verdadeiros depósitos humanos, marcados por relatos constantes de tortura, de abusos sistêmicos e de negligência absoluta. O jovem se encontrava ali como um objeto exposto à intervenção do Estado, tomado de si qualquer voz ativa ou qualquer direito fundamental, reproduzindo a dinâmica histórica de exclusão que começou ainda no período colonial com as rodas dos expostos (Meirelles, 2023).

A grande virada civilizatória só começou a se desenhar com a redemocratização do país e a força popular de movimentos como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A

Amana Revista do Curso de Ciências Sociais da Ufac

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

Constituição Federal de 1988 e a posterior promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (Brasil, 1990) representaram um marco de luz na escuridão jurídica. Pela primeira vez na história do Brasil, a lei reconheceu as crianças e os adolescentes como sujeitos plenos de direitos, adotando a Doutrina da Proteção Integral. O ECA estabeleceu que a família, a sociedade e o Estado possuem o dever solidário de garantir o desenvolvimento sadio da juventude. Contudo, apesar dessa vitória brilhante no papel, a mentalidade exploratória da sociedade brasileira se recusou a desaparecer; ela apenas se adaptou aos novos tempos de forma assustadora.

Se antes o abandono confinava o corpo jovem atrás de muros de concreto, hoje a mercantilização o expõe nas praças virtuais. Com a chegada da internet e a popularização maciça dos celulares, se abriu uma nova fronteira para a exploração da vulnerabilidade. O ambiente digital, inicialmente vendido como um espaço livre de interação e de aprendizado, rapidamente se converteu no balcão de negócios mais lucrativo do mundo. A infância e a juventude se tornaram os alvos preferenciais das grandes corporações tecnológicas e dos agenciadores modernos, que lucram cifras bilionárias com o engajamento desenfreado.

Para se ilustrar de maneira concreta a gravidade dessa transição do confinamento físico para a exploração digital, se faz necessário analisar episódios reais que chocaram o Brasil recentemente. A monetização da vulnerabilidade ganha contornos cruéis quando figuras influentes se aproveitam do desespero e da imaturidade de jovens para fabricar conteúdos virais. O caso do influenciador digital Hytalo Santos surge como o exemplo mais pedagógico e realista de como a engrenagem invisível do capitalismo de atenção consome a juventude contemporânea.

Karl Marx (2013), em sua obra monumental “O Capital”, desvendou a mecânica através da qual o sistema capitalista transforma tudo, inclusive as relações humanas, em mercadorias passíveis de compra e de venda. Na era digital, esse processo alcançou um patamar ainda mais íntimo e perverso, já que o corpo e o comportamento dos jovens se convertem em dados e em visualizações, os quais geram fortunas em contratos de publicidade. O influenciador, nesse cenário mercadológico moderno, atua como o detentor dos meios de produção, utilizando o valor de uso da imagem e da privacidade dos jovens para extrair o valor de troca perante os patrocinadores. No caso estudado, ele atraía adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social e os abrigava

em sua mansão, prometendo os ajudar a se tornarem famosos nas redes sociais.

No entanto, a residência funcionava como uma verdadeira linha de montagem de conteúdos abusivos. Os jovens eram submetidos a rotinas exploratórias de gravação, onde se promovia a hipersexualização e a reprodução de comportamentos adultos totalmente incompatíveis com o estágio de desenvolvimento em que se encontravam. A dança com apelo sensual, os conflitos roteirizados, o choro e as humilhações se empacotavam como puro entretenimento para milhões de seguidores. Essa dinâmica reflete perfeitamente o conceito de apagamento das fronteiras entre o adulto e a criança, processo conhecido como a desaparição da infância, no qual a mídia eletrônica expõe a juventude a segredos e violências do mundo adulto antes do tempo correto de amadurecimento (Postman, 1999). O jovem se via refém de uma dinâmica onde o próprio sustento ou o alcance do sucesso prometido dependiam de ele entregar a sua imagem e a sua dignidade para alimentar a máquina dos algoritmos. O ser humano jovem se reduziu a um produto na prateleira da internet.

Para se compreender a profundidade dessa engrenagem invisível, é necessário olharmos para a internet não como um espaço neutro ou aleatório, mas como um território privado e dominado pelas grandes corporações de tecnologia, as chamadas big techs. Sediadas majoritariamente nos Estados Unidos, essas empresas impõem um verdadeiro colonialismo de dados à sociedade moderna. Se no passado o imperialismo econômico extraía as riquezas naturais dos países periféricos, hoje a nova matéria-prima mais cobiçada do mundo se traduz na atenção, no tempo e na intimidade humana. Quando um jovem em situação de extrema vulnerabilidade social expõe a sua vida e os seus traumas na tela, he opera na prática como um trabalhador precarizado que gera lucro direto para o Vale do Silício. O influenciador abusivo, nesse cenário mercadológico moderno, funciona apenas como um gerente terceirizado dessa exploração, enquanto o próprio algoritmo - projetado para recompensar o choque e a exaustão - atua como a mão invisível que empacota e que transforma a desgraça alheia em bilhões de dólares.

Essa arquitetura de controle também remete ao conceito do panóptico, idealizado originalmente no sistema prisional e analisado por Michel Foucault (1987). No panóptico digital contemporâneo, a vigilância constante se internalizou; o jovem não foge da câmera, ele a busca

ativamente para garantir a sua existência perante a sociedade de consumo. O maior medo do indivíduo moderno, afinal, é o de não ser um produto atraente o suficiente para o mercado (BAUMAN, 2008). A engrenagem girou livremente até que vozes externas começaram a denunciar e expor as aberrações que ocorriam à vista de todos. Em agosto de 2025, o cenário se transformou em uma pauta nacional inegável após a publicação de um vídeo contundente pelo YouTuber conhecido como Felca. Intitulado "Adultização", o material investigativo reuniu cortes, denúncias e análises sobre o comportamento do influenciador com os adolescentes. A denúncia foi arrebatadora: o vídeo alcançou a marca de mais de 51 milhões de visualizações em poucas semanas, obrigando a sociedade a olhar para o esgoto moral que sustentava aquele entretenimento fácil.

O impacto do vídeo funcionou como um gatilho para as autoridades, que até então operavam de maneira lenta e omissa. A intervenção judicial ocorreu ainda em agosto de 2025, o que resultou na prisão do influenciador sob os indícios graves de crimes como o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o trabalho infantil em condições degradantes. Esse episódio evidencia a urgência de se atualizar os mecanismos de proteção do Estado, visto que estamos ultrapassados frente às atualizações tecnológicas. Se nota que a justiça e a sociedade demoraram a reconhecer o crime porque ele não ocorria em um porão escuro, mas sim em uma mansão iluminada, regada a luxo e aplaudida por milhões de curtidas. A estética do sucesso digital mascarou, temporariamente, a brutalidade da exploração infanto juvenil.

A SOCIEDADE DO CONSUMO E O COLAPSO DOS BASTIDORES

A submissão dos jovens a modelos tão abusivos de superexposição e a aceitação passiva do público não surgem do nada, elas representam os sintomas de uma estrutura social que educa o sujeito, desde o seu nascimento, para o consumo e para o desempenho ininterrupto. Para desvendar as raízes dessa alienação contemporânea, se faz necessário acionar os pensadores da Escola de Frankfurt, que brilhantemente mapearam a forma como o mercado capturou a alma da sociedade moderna, a esvaziando de qualquer senso crítico, e os conectar com as análises do comportamento social nos meios digitais.

Herbert Marcuse (1973), em sua obra clássica "O Homem Unidimensional", elaborou uma

das críticas mais afiadas ao sistema capitalista avançado. Ele percebeu que a dominação não se exerce mais pela força dos exércitos ou pela privação material. Ao contrário, o sistema oprime as pessoas as afogando em conforto, em mercadorias e em entretenimento barato. A tecnologia deixou de ser uma ferramenta neutra para se tornar uma "racionalidade tecnológica" que impõe um estilo de vida padronizado. O sujeito se sente livre porque pode escolher entre milhares de produtos na internet, mas ele jamais tem a liberdade real de escolher viver fora da roda de produção e de consumo que o sistema capitalista impõe.

Marcuse ensina que o sistema se sustenta criando constantemente as chamadas "falsas necessidades". A juventude moderna, a Geração Z, cresce bombardeada pela ideia de que a felicidade só se atinge através da compra do celular de última geração, das roupas de grife, das viagens e cotidianos instagramáveis. A busca frenética por esses símbolos de status consome toda a energia vital do jovem, apagando as verdadeiras necessidades humanas: o tempo de qualidade, as conexões genuínas e o próprio desenvolvimento. No caso dos adolescentes explorados digitalmente, se percebe que a promessa de riqueza e de fama imediata aciona o desespero por pertencer a essa vitrine iluminada, o que os torna presas fáceis para os agenciadores de conteúdo. A lógica de Marcuse ganha ainda mais peso quando se acopla ao pensamento de Theodor Adorno (1986) e a sua crítica devastadora ao conceito de "tempo livre". Para Adorno, a ideia de lazer no capitalismo é uma mentira muito bem contada. As horas fora do ambiente de trabalho ou da escola não pertencem de fato ao indivíduo; elas servem apenas para repor as energias gastas para que a pessoa volte a produzir no dia seguinte. Além disso, o lazer é monopolizado pela Indústria Cultural, que oferece produtos superficiais e pré-digeridos, exigindo o mínimo de esforço mental do sujeito.

As Gerações Z e Alpha vivenciam a concretização máxima dessa teoria, transformando o que restava do ócio em um instrumento de produção de valor. O documentário "Matéria de Capa | Geração Z, Os jovens de hoje" sobre os jovens atuais escancara como o descanso desapareceu. O momento de deitar na cama após um dia longo se transformou imediatamente em horas de rolagem infinita nas telas. Esse suposto descanso não possui nada de improdutivo. Cada clique, rolagem de tela, cada visualização e cada comentário alimenta o algoritmo, gerando uma quantidade monumental de dados que enriquecem o Vale do Silício. O jovem trabalha de graça enquanto acredita estar se divertindo. Essa cobrança para estar sempre presente, sempre opinando e sempre

postando gera uma sociedade ansiosa, adoecida e constantemente exausta, onde a mente nunca encontra um espaço de silêncio real.

Se a esfera macroeconômica se encontra dominada pela indústria cultural, se deve direcionar o olhar para as relações sociais do cotidiano, no nível mais micro. A digitalização alterou profundamente a forma como as pessoas se portam umas com as outras e, mais perigoso ainda, a forma como as pessoas gerenciam a sua própria imagem. A necessidade de criar conteúdos ininterruptamente provocou um terremoto nas velhas divisões que protegiam a intimidade do ser humano.

O sociólogo canadense Erving Goffman (1985) entregou para o mundo acadêmico uma das ferramentas mais ricas para se entender o comportamento humano com a sua obra "A Representação do Eu na Vida Cotidiana". Ele utilizou a metáfora do teatro para explicar que todos nós atuamos em "palcos". Quando estamos no trabalho ou em público, assumimos os nossos personagens sociais, controlando os nossos modos e as nossas falas para garantir que as pessoas nos aceitem. Por outro lado, nós precisamos desesperadamente da região dos "bastidores" ou da "retaguarda". O bastidor é o espaço privado, o lar, o quarto, onde se tira a máscara, onde se erra, onde se chora e onde se relaxa longe dos olhos cruéis da sociedade.

O fenômeno mais violento da civilização algorítmica, como também apontado pela pesquisadora Paula Sibilia (2016) no livro "O Show do Eu", é o colapso absoluto dessa retaguarda protetora. Os influenciadores digitais e, por arrasto, os jovens em geral, começaram a transmitir o que faziam nos seus quartos. A câmera invadiu o banheiro, a mesa de jantar e as brigas de família, criando subjetividades completamente voltadas para o olhar alheio. O público passou a exigir o espetáculo da realidade crua, o que monetizou a vulnerabilidade. As mansões de influenciadores são exatamente a mercantilização dos bastidores: as falhas e os conflitos que deveriam pertencer ao privado se empacotam como o roteiro principal do palco virtual.

Quando o bastidor desmorona e toda a existência passa a exigir uma encenação constante, o resultado inevível é o adoecimento psíquico em massa. O filósofo Byung-Chul Han (2015) descreve magistralmente esse momento histórico no seu conceito de "Sociedade do Cansaço".

Amana Revista do Curso de Ciências Sociais da Ufac

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

Diferente das ditaduras antigas que oprimiam o povo através do "é proibido", a sociedade atual oprime através da positividade tóxica do "você pode tudo". O sujeito se cobra violentamente para ser sempre o melhor, o mais feliz, o mais "*aesthethic*" e "instagramável", o mais produtivo e o mais visto, se tornando o carrasco da própria existência. A falta de pausas e a necessidade de se expor para existir geram um esgotamento sem precedentes. O indivíduo moderno, sob a vigilância constante dos algoritmos, desliza em direção à falta silenciosa, provando que o controle suave da autoexploração se apresenta muito mais destrutivo do que a pressão física.

Para aprofundar essa reflexão, se faz necessário trazer o pensamento da filósofa e escritora brasileira Marilena Chauí. Ela alerta que o aparelho celular, que costuma nos dar a falsa sensação de que possuímos a liberdade de escolher o que quisermos com um simples toque, funciona, na verdade, como um verdadeiro objeto de servidão. Chauí explica que a sociedade não atravessa apenas uma mudança na tecnologia, mas sim uma mutação civilizacional profunda, onde as noções de espaço e de tempo desapareceram. O indivíduo perde a experiência física e presencial, porque tudo agora acontece dentro da tela e de forma instantânea.

O ponto mais agressivo dessa mutação atinge em cheio a mente da juventude, gerando uma nova subjetividade onde "existir é ser visto". A pessoa se torna refém absoluta do olhar alheio. Quando o jovem não recebe a validação externa, ele rapidamente afunda na depressão, o que explica os altos índices de adoecimento. É exatamente essa dependência desesperada pela atenção do outro que os grandes oligopólios de tecnologia exploram para controlar os sentimentos e os corpos dos usuários. No campo profissional, Chauí aponta que essa mesma engrenagem invisível criou a ilusão do "empresário de si mesmo". O trabalhador moderno e os criadores de conteúdo acreditam que possuem autonomia total porque não batem ponto para um chefe físico, quando, no fundo, eles integram o chamado precariado. Eles vivem um estado de completa insegurança financeira, de dependência dos algoritmos e de completa servidão, enriquendo plataformas das quais eles são apenas usuários comuns, e jamais os donos.

O ESTADO E AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DIGITAL

A análise da mercantilização da vida exige que a pesquisa avance para além do diagnóstico

do esgotamento, se debruçando sobre as contradições estruturais geradas pelo próprio sistema capitalista. Na perspectiva teórica marxista, a civilização algorítmica não representa um mero desvio ético, mas sim a atualização brutal da infraestrutura dos meios de produção. Segundo Fuchs (2014, p. 102), no capitalismo digital, o trabalho do usuário não remunerado se configura como a fonte principal de extração de valor. As redes sociais operam como fábricas globais e invisíveis onde a vulnerabilidade infanto-juvenil se transforma na matéria-prima perfeita. O jovem que produz conteúdo não se encontra brincando ou exercendo a liberdade; ele se insere em uma engrenagem contínua de extração de mais-valia. Cada clique, cada dança hipersexualizada e cada conflito roteirizado geram engajamento que enriquece os acionistas dos oligopólios de tecnologia, enquanto o criador, muitas vezes imerso na miséria real, recebe apenas as migalhas do processo. O corpo jovem fetichiza-se, transformando-se em uma mercadoria pura e descartável na prateleira da internet.

Para que essa exploração ocorra à luz do dia sem gerar revoltas imediatas, o sistema capitalista utiliza-se do seu mecanismo mais poderoso: a ideologia. Marx e Engels (2007) estabelecem que as ideias dominantes de uma época sempre refletem as ideias da classe dominante. No ambiente cibernético, essa ideologia se traduz na falsa promessa de autonomia e de sucesso. O influenciador abusivo e as big techs vendem a ilusão de que o jovem precarizado atua como um "empreendedor de si mesmo", um dono do próprio destino. Como aponta Han (2015, p. 29), "o sujeito de desempenho moderno é livremente submisso". Essa narrativa serve apenas para mascarar a ausência absoluta de direitos e a servidão imposta pelas regras do algoritmo. O sujeito entrega-se à superexposição voluntariamente porque a ideologia burguesa o convenceu de que o seu valor humano se mede exclusivamente pela sua capacidade de se converter em um produto rentável e visualmente atraente.

Diante desse cenário de sucateamento humano, torna-se indispensável analisar o papel do Estado e das leis sob a ótica materialista. Ao contrário da visão idealista que acredita na criação de leis através do consenso moral e pacífico da sociedade, a sociologia crítica ensina que as regulamentações nascem do conflito material. Quando a exploração atinge níveis tão predatórios que ameaça a própria sanidade e a reprodução da força de trabalho futura, como se observou no colapso dos bastidores e no adoecimento dos adolescentes superexpostos, o Estado vê-se forçado

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

a intervir. Como argumenta Rizzini (2011), o Estado age não por benevolência, mas para garantir a ordem social. Portanto, a urgência em atualizar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para o ambiente digital não resulta de uma epifania caridosa dos legisladores, mas sim de uma tensão direta entre as classes. A denúncia midiática e a indignação popular escancararam a ferida material, obrigando a máquina estatal a tentar frear o avanço irrestrito do mercado sobre a vida privada da juventude.

Essa mesma contradição estrutural que consome o corpo jovem acaba transbordando para o mercado de trabalho formal, atingindo em cheio os escritórios corporativos. O conceito marxista de alienação, ou estranhamento (Marx, 2013), explica com exatidão o esgotamento do trabalhador adulto moderno e a sua consequente fuga dos cargos de liderança. O indivíduo já não se reconhece mais naquilo que produz. A chefia corporativa, esvaziada de propósito e submetida a metas de produtividade inatingíveis, transformou o líder em um mero feitor das vontades do capital. Ao recusar a escalada executiva e ao abrigar-se em carreiras técnicas e silenciosas, o trabalhador manifesta um sintoma claro do colapso dessa engrenagem: o sistema capitalista avançado aliena a vida a tal ponto que a única medida de sobrevivência psíquica encontra-se na recusa ao poder e na tentativa desesperada de preservar alguma integridade longe dos palcos de gestão.

Todavia, a proteção legal sozinha se mostra insuficiente para lidar com a avalanche tecnológica. A simples proibição dos celulares nas escolas, como alguns políticos defendem de forma rasa e desconectada da realidade, funciona apenas como tentar tapar o sol com uma peneira. O verdadeiro escudo da juventude reside na educação midiática contínua e rigorosa. As escolas, os pais e o Estado precisam capacitar os jovens para que eles compreendam como os algoritmos funcionam e como a sua atenção se converte em monetização (dinheiro). Se deve ensinar a criança a questionar as verdades prontas e a duvidar da perfeição exibida nos perfis influentes, fortalecendo a sua autonomia para que ela não caia na armadilha de entregar a própria vida ao mercado de atenção.

Paralelo ao adoecimento juvenil, o desgaste emocional provocado pela sociedade do desempenho não afeta apenas o campo do entretenimento; ele transbordou fortemente para dentro dos escritórios empresariais. As relações de trabalho, que sempre funcionaram como o palco

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

central da afirmação de identidade no mundo capitalista, sofrem atualmente uma mutação silenciosa e poderosa. O trabalhador contemporâneo dá sinais evidentes de fadiga, o que acarreta mudanças nos próprios conceitos de sucesso profissional e estimula o surgimento de rotas de fuga do controle predatório.

Durante muitas décadas, a escalada corporativa obedeceu a uma lógica linear muito rígida: o bom funcionário ganhava promoções até se transformar em um líder, em um gestor de pessoas. O sucesso se media pela quantidade de subordinados e pelo crachá de diretoria. No entanto, como demonstrado nas análises de Marcelo Monteiro (2026) e nas pesquisas do setor de recursos humanos, esse sonho envelheceu como leite. Uma grande parcela dos trabalhadores atuais, especialmente entre os mais jovens e os especialistas em tecnologia, rejeita de forma contundente as posições tradicionais de chefia.

O que se percebe é a consolidação maciça das chamadas carreiras em Y, onde a ascensão profissional se dá através do aprofundamento técnico. O funcionário prefere se tornar um grande especialista, solucionando problemas complexos, mas sem precisar gerenciar as emoções de uma equipe inteira ou lidar com o estresse contínuo da alta gestão executiva. Essa fuga da chefia denuncia o grau de esgotamento brutal do ambiente corporativo moderno. Ser líder, hoje, muitas vezes significa apagar incêndios de domingo a domingo e responder a metas irreais impostas por um sistema que nunca descansa. O trabalhador, em uma medida de sobrevivência psíquica, opta por se recuar para os bastidores técnicos, onde ainda se pode preservar algum pingo de estabilidade mental.

O esgotamento geral das estruturas clássicas e a emergência de uma civilização algorítmica (Matallo Junior, 2026) começaram a semear os princípios de uma nova contracultura pautada pela busca da autenticidade. Ao contrário dos movimentos de resistência do passado, que iam para as ruas protestar contra os governos, a resistência atual muitas vezes se manifesta por meio da tentativa de se desconectar. As pessoas passaram a buscar refúgio em trabalhos manuais, em hobbies que não dependem da internet, em amizades fora da tela e em modos de vida minimalistas. A lentidão e a imperfeição, que as inteligências artificiais julgam como falhas a serem corrigidas, se transformam nos últimos redutos de humanidade verdadeira, resgatando a essência que o

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

ambiente digital tenta aniquilar.

Apesar dessa esperança de resistência, a sociologia nos obriga a manter os pés no chão através de um recorte duro de classe. Se desligar do celular ou se afastar das redes sociais para ter uma vida mais contemplativa, no Brasil atual, se apresenta como um privilégio escandaloso de quem não depende da tecnologia para colocar comida na mesa. Para o motorista de aplicativo ou para o entregador precarizado de plataforma, o algoritmo não se trata apenas de um entretenimento cansativo, mas sim de um patrão inflexível e cruel que dita os seus horários e os seus rendimentos. Para a base da pirâmide, a desconexão significa a fome iminente. Assim, a luta por um trabalho mais justo e por uma existência mais humana deve superar a simples escolha de bem-estar individual e se tornar, obrigatoriamente, um combate coletivo, legislativo e de classe contra a mercantilização absoluta da vida.

CONCLUSÃO

A análise construída ao longo desta pesquisa se revela urgentemente necessária para desfazer as cortinas dos sistemas silenciosos de controle que habitam as telas dos nossos aparelhos diários. A ilusória evolução da sociedade, que prometeu a libertação e o desenvolvimento, entregou em contrapartida um novo tipo de prisão: a prisão sedutora da civilização algorítmica. Ao traçar o paralelo histórico e integrar os estudos sociológicos clássicos às manifestações modernas da tecnologia, se confirma que o abandono estatal e o desprezo pelos jovens vulneráveis não desapareceram, eles apenas abandonaram os antigos prédios das instituições correcionais e se instalaram nas praças globais das redes sociais.

A análise conjunta dos teóricos evidencia que a monetização da vulnerabilidade, expressa de forma tão grotesca em escândalos midiáticos recentes, não se trata de uma falha isolada no sistema; ela se trata do sucesso pleno de uma economia que aprendeu a transformar a intimidade e o colapso psicológico em lucro rápido, utilizando o indivíduo como puro combustível de engajamento. Os jovens se encontram encurralados pela racionalidade tecnológica que fabrica desejos impossíveis, esmaga o seu tempo livre e destrói o direito fundamental ao bastidor e ao erro privado. No mesmo passo, o adoecimento do trabalhador moderno impõe a fuga dos palcos

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

corporativos rumo a refúgios técnicos, atestando que o cansaço perpassa todas as camadas da vida na sociedade do desempenho.

Entretanto, a fatalidade não pode dar a última palavra nas Ciências Sociais. As ferramentas da ética discursiva e do agir comunicativo permanecem vivas e se mostram como os instrumentos mais eficazes contra a barbárie do isolamento. A proteção efetiva da juventude exige que a sociedade encare o ambiente digital com regras tão duras e protetivas quanto aquelas exigidas nas ruas de tijolo e asfalto, o que demanda a efetivação urgente de regulamentações robustas para a era cibernética. Além da lei no papel, a arma mais letal contra a exploração algorítmica se encontra na educação midiática constante.

Preparar o indivíduo para duvidar da engrenagem, o incentivar a buscar conexões reais fora das telas e garantir que o avanço tecnológico sirva primordialmente à dignidade humana, e não à exploração predatória de dados, se constituem nos grandes e inadiáveis desafios do nosso século. A verdadeira resistência contra o colapso dos bastidores começa no resgate da palavra sincera, do abraço físico e da ousadia gloriosa de se continuar existindo de forma autêntica e solidária fora da lógica do espetáculo, devolvendo, enfim, a autonomia para quem nunca a deveria ter perdido.

THE MONETIZATION OF VULNERABILITY AND THE INVISIBLE GEAR: DIGITAL ECA, YOUTH AND WORK IN ALGORITHMIC CIVILIZATION

ABSTRACT

This research analyzes the evolution of the rights of children and adolescents in Brazil, establishing a strict parallel between the physical isolation of the past and the digital overexposure of the present. Historically, the State treated vulnerable youth as a matter of disorder, which is evident in the old confinement institutions. Despite the advances with the Statute of the Child and Adolescent (ECA), the mentality of exploiting childhood still persists and has settled on cell phone screens. The central objective is to investigate how the old boundaries between the front stage and the backstage have been broken, transforming intimacy into a profitable product. The methodology is based on bibliographic review and critical contemporary analyses, unifying concepts into comprehensive thematic blocks. The research uses the thought of Karl Marx to debate

commodification, Erving Goffman and Paula Sibilia to understand the loss of privacy, and Byung-Chul Han to explore exhaustion. In addition, it rescues Theodor Adorno and Herbert Marcuse to criticize the exploitation of leisure, and Jürgen Habermas to propose communicative reason as a way out. The work also investigates the case of the influencer Hytalo Santos as the peak of the monetization of child and adolescent vulnerability. Finally, the study examines the new labor market, where the flight from leadership positions reflects the illness of workers, indicating that the protection of life requires collective resistance against the algorithmic civilization.

Keywords: Monetization. Vulnerability. Algorithmic Civilization. Culture Industry. Youth.

REFERÊNCIAS

A ILUSÃO da liberdade: redes sociais e a prisão digital | Mente em Evolução | Marilena Chaui. 2025. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Mente em Evolução. Disponível em: https://youtu.be/myDolQddeDc. Acesso em: 3 set. 2026.

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. *In*: ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Tradução de Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 73-86.

ARAÚJO, Mirella. ECA completa 36 anos e enfrenta o desafio de proteger crianças também no ambiente digital. **Jornal do Commercio**, Recife, jul. 2026. Disponível nas plataformas digitais.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL**.** Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos. Petrópolis: Vozes, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Amana Revista do Curso de Ciências Sociais da Ufac

v. 1, n. 1, p. 99-115, set. 2026

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LUMET, Sidney (Dir.). **Doze Homens e Uma Sentença** (12 Angry Men). Estados Unidos: Orion-Nova Productions, 1957. 1 filme (96 min).

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATALLO JUNIOR, Heitor. A emergência da civilização algorítmica. **A Terra é Redonda**, São Paulo, 2026.

MATÉRIA DE CAPA. Geração Z, os Jovens de Hoje. **TV Cultura**, São Paulo, 1 mar. 2026. Programa de TV. Disponível nas plataformas digitais.

MEIRELLES, Paula. Roda dos Expostos: a instituição mais duradoura destinada à infância pobre e dita abandonada no Brasil. *In*: **Instituto Bixiga**. São Paulo, 26 set. 2023. Disponível nas plataformas digitais.

MONTEIRO, Marcelo. Sucesso na carreira mudou de significado: crescer já não significa virar chefe. **InfoMoney**, São Paulo, 2026. Disponível nas plataformas digitais.

POSTMAN, Neil. **A desaparição da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula, 2011.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

Editorial process dates (https://periodicos.ufac.br/index.php/AMANA-CS/about/submissions)

- Submission: 28/09/2026
- Preliminary editorial decision: 28/09/2026
- Text editing: 28/09/2026
- Final editorial decision: 27/09/2026
- Publication: 28/09/2026

Editorial team

- Editor-in-chief: 1 (MMA)
- Text editor: 3 (AQOS; TLN; TRM)
- Layout editor: 2 (TLN; TRM)
- Reviewers: 1